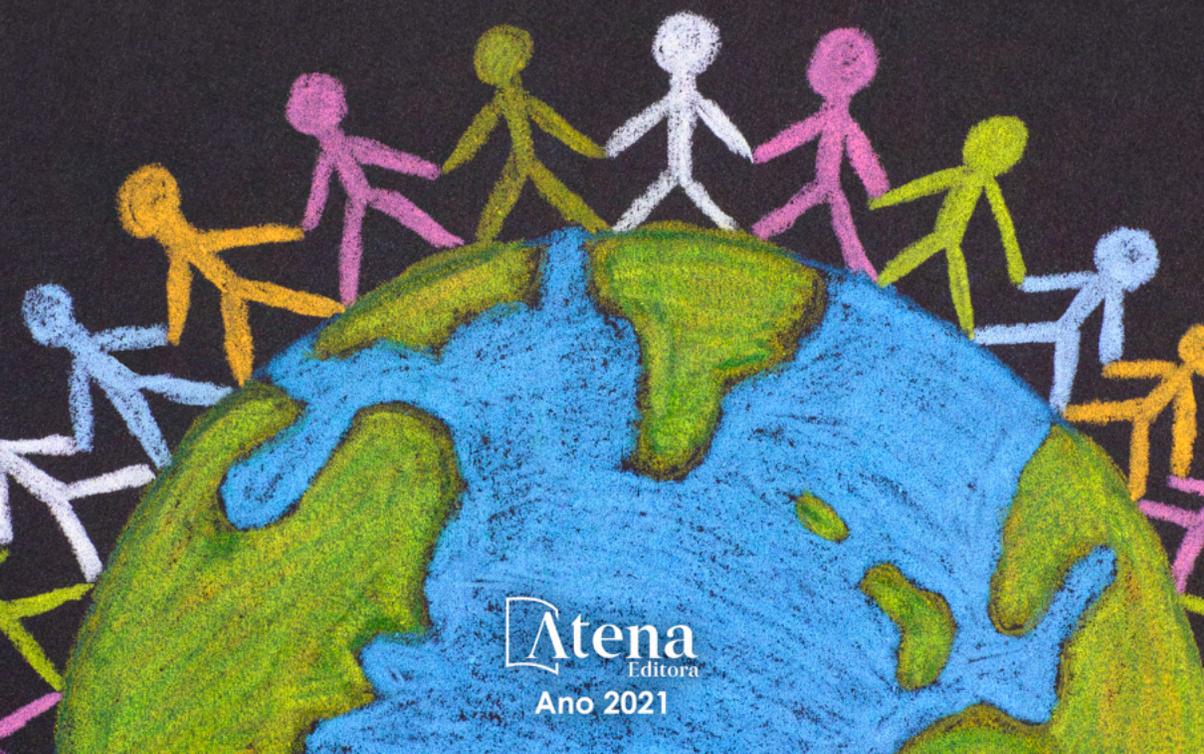


AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA
(Organizador)

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Daphynny Pamplona

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação enquanto fenômeno social: democracia e emancipação humana / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-652-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.529210311>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“Educação enquanto fenômeno social: Democracia e Emancipação Humana”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, a mulher negra, o trabalhador, a juventude rural, os professores em seus diferentes espaços de trabalho, entre outros.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrusa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ACONTECIMENTOS DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX QUE MARCARAM PARA SEMPRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Aline Cristiane Barbosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103111>

CAPÍTULO 2..... 12

ESTUDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DOS DOCENTES DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO E A LAICIDADE EM LONDRINA E REGIÃO (2018-2019)

Matheus Pallisser

Fabio Lanza

Vinicius dos Santos Moreno Bustos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103112>

CAPÍTULO 3..... 27

EDUCAÇÃO E POBREZA, UMA QUESTÃO SOCIAL E MORAL

Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda

Maria de Lourdes Leoncio Macedo

Jandira Aquino

Eunice Lisboa

Larissa Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103113>

CAPÍTULO 4..... 38

INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE ATIVIDADES DE EAD EM ESTABELECIMENTO DE ENSINO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Lígia Silva Leite

Felipe Jorge Granero

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103114>

CAPÍTULO 5..... 57

EDUCAÇÃO DIGITAL: AVALIAÇÃO DE AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM

Lígia Silva Leite

Yves de Carvalho Carabajal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103115>

CAPÍTULO 6..... 73

A IMPORTÂNCIA DA PEDAGOGIA E RECREAÇÃO HOSPITALAR PARA CRIANÇAS HOSPITALIZADAS COM DIAGNÓSTICO DE CÂNCER

Patricia Marquart Felice Zarour

Letícia Kuhl Pereira

Ana Maria Nascimento Damiani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103116>

CAPÍTULO 7.....	88
MATERIALISMO HISTÓRICO-DIALÉTICO COMO BASE EPISTEMOLÓGICA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	
Marcella Arraes Castelo Branco	
Lorena Carvalho Saraiva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103117	
CAPÍTULO 8.....	101
A ARTE DE ENSINAR. UM PANORAMA DA HISTORIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E, A ATUAL SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO PAÍS	
Luciene Guisoni	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103118	
CAPÍTULO 9.....	106
A DOCÊNCIA NA EAD BRASILEIRA: TENSÕES E DESAFIOS	
Elaine dos Reis Soeira	
Henrique Nou Schneider	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.5292103119	
CAPÍTULO 10.....	123
ESQUEMA DE UN MODELO DE MUERTE Y TABAQUISMO EN LAS CREENCIAS DE FUMADORES Y NO FUMADORES Y SU RELACION CON LA ESCOLARIDAD	
Juan Crisostomo Martínez Berriozábal	
José de Jesús Silva Bautista	
Leonel Romero Uribe	
Rodolfo Hipólito Corona Miranda	
Fausto Tomás Pinelo Ávila	
Nallely Venazir Herrera Escobar	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031110	
CAPÍTULO 11.....	145
O ENSINO REMOTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERSPECTIVA DO COORDENADOR PEDAGÓGICO	
Vanusa Daniel da Silva	
Cícera Cosmo de Souza	
Maria Nailê Cândido Feitoza de Lima	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031111	
CAPÍTULO 12.....	157
EDUCAÇÃO INFANTIL – O DESPERTAR PARA VERSOS E RIMAS	
Maria Franciane da Silva Oliveira	
Gicele Monteiro dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031112	
CAPÍTULO 13.....	166
(RE) DESENHANDO AMBIENTES DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA: UMA PROPOSTA	

DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E METODOLÓGICA PARA OS 1.º E 2.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

Vânia Gabriela Dias Graça
Maria Glória Parra Santos Solé
Maria Altina da Silva Ramos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031113>

CAPÍTULO 14..... 180

EDUCAÇÃO SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O SETOR PRIVADO DO SUL MARANHENSE

Edgar Oliveira Santos
Sônia Oliveira Santos
Sancley Estany da Silva Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031114>

CAPÍTULO 15..... 191

“ALUNO/A DO/NO CAMPO”: ESCOLA, CURRÍCULO E IDENTIDADES DOS ALUNOS/AS DO SOME NA AMAZÔNIA PARAENSE

Gleyce Carvalho Castro
Afonso Welliton de Sousa Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031115>

CAPÍTULO 16..... 202

FLASKÔ E O CONTROLE OPERÁRIO: FORMAS ALTERNATIVAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

João Augusto Pereira do Prado
Maria Carolina Graciano Sugahara
Sofia Bheatrice Gianeri Spada

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031116>

CAPÍTULO 17..... 212

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO PROPOSTA DE ENSINO - ESTUDO DE CASO COM ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE DIVINÓPOLIS-MG QUE IMPLANTARAM ESSE TEMA EM SUA GRADE CURRICULAR

Daniel Goulart de Sousa
Rodrigo Silva Fonseca
Alessandro Leonardo da Silva
Marcelo Robert Fonseca Gontijo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031117>

CAPÍTULO 18..... 224

EDUCAÇÃO INTEGRAL FUNDAMENTADA EM VALORES HUMANOS COM BASE NOS ENSINAMENTOS DE SATHYA SAI BABA

Maribel Oliveira Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031118>

CAPÍTULO 19	236
VALIDAÇÃO DE CHECKLISTS POR PERITOS DA FALA PARA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS DAS PERTURBAÇÕES DE LINGUAGEM PARA EDUCADORES DA INFÂNCIA	
Aliaska Pereira Aguiar	
Graça Simões de Carvalho	
Simone Aparecida Lopes Herrera	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031119	
CAPÍTULO 20	247
“MANUEL DA ROSÁRIA”: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DAS HISTÓRIA(S) DA EDUCAÇÃO DOS/AS NEGROS/AS NO SUDOESTE DE GOIÁS	
Murilo Borges Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031120	
CAPÍTULO 21	260
LIVROS DIDÁTICOS PNLD CAMPO: QUESTÕES SOBRE ESCOLHA E USO POR PROFESSORES	
Edna Luiza de Souza	
Edilaine Aparecida Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031121	
CAPÍTULO 22	272
DISEÑO E IMPLEMENTACIÓN DE LA CONCENTRACIÓN DE ANIMACIÓN LADT COMO SEMESTRE-I EN MODELO TEC21: UN PASO MÁS HACIA EL NUEVO MODELO EDUCATIVO	
Imelda Asencio del Real	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031122	
CAPÍTULO 23	282
O TRATAMENTO DA ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL DURANTE O PERCURSO DA ELABORAÇÃO DA BNCC	
Ana Paula Dal Santo	
Maíke Elize Techio	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031123	
CAPÍTULO 24	290
O BULLYING NO DISCURSO DO SUJEITO-ADOLESCENTE	
Rita de Cássia Constantini Teixeira	
Soraya Maria Romano Pacífico	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031124	
CAPÍTULO 25	305
SIMULTANEIDAD ENTRE ESTUDIO Y TRABAJO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: CARACTERIZACIÓN Y REFLEXIONES	
Andrea Nessier	
Andrea Pacífico	

Fernanda Pagura
Norma Zandomeni

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52921031125>

SOBRE O ORGANIZADOR.....	320
ÍNDICE REMISSIVO.....	321

EDUCAÇÃO E POBREZA, UMA QUESTÃO SOCIAL E MORAL

Data de aceite: 01/11/2021

Jocilene Eterna Soares dos Santos Lacerda

Professora da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, Pós graduada em Educação, Pobreza e Desigualdade Social-EaD - Universidade Federal do Tocantins
<https://orcid.org/0000-0003-4146-5309>
<http://lattes.cnpq.br/9932887272525645>

Maria de Lourdes Leoncio Macedo

Professora da rede estadual de Educação do Tocantins
orcid.org/0000-0003-2352-0116
<http://lattes.cnpq.br/5911808734574093>

Jandira Aquino

Mestranda em Educação (UFT) Professora da Rede Estadual de Educação do Tocantins
<https://orcid.org/0000-0002-4820-090>
<http://lattes.cnpq.br/1571673165348371>

Eunice Lisboa

Professora da Rede Estadual de Ensino do Tocantins, Pós graduada em Tecnologia da Educação (PUC-RIO)
<https://orcid.org/0000-0001-8166-237X>
<http://lattes.cnpq.br/7977515232636177>

Larissa Ribeiro

Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Atua na rede estadual de ensino do Tocantins
orcid.org/0000-0001-8488-39X
<http://lattes.cnpq.br/8798104988951447>

RESUMO: O presente estudo bibliográfico,

efetuado por meio dos módulos ofertados no Curso de Especialização, discute a temática da educação e pobreza, tem por objetivo central entender o desenvolvimento de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida da população e apresenta a Educação como meio transformador da sociedade. O artigo foi constituindo-se após o estudo e análise de cada módulo, uma vez que, mesmo com a criação de programas voltados para o combate à pobreza, valorizando a promoção da dignidade humana, como o Programa Bolsa Família, o resultado ainda se confunde pela falta de conhecimento, da moralidade, de seus direitos, do currículo e da transformação do sujeito. Nesse sentido, a Educação em direitos humanos está atrelada a estas políticas públicas e estas compreendem sua relevância para a sociedade, como um importante foco no aspecto que incide sobre a qualidade de vida de todos e da Educação, vivenciadas nos mais diferentes contextos da sociedade. Por fim, o estudo traz uma nova postura de entendimento sobre a pobreza e a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos. Educação. Programa Bolsa Família. Pobreza.

EDUCATION AND POVERTY, A MORAL AND SOCIAL ISSUE

ABSTRACT: This bibliographical study, carried out through the modules offered in the Specialization Course, discusses the theme of education and poverty, has as its central objective to understand the development of public policies to improve the quality of life of the population and presents Education as a transforming means

of society. The article was constituted after the study and analysis of each module, since, even with the creation of programs aimed at combating poverty, valuing the promotion of human dignity, such as the Bolsa Família Program, the result is still confused by the lack of knowledge, morality, rights, curriculum and the transformation of the subject. In this sense, human rights education is linked to these public policies and these understand their relevance to society, as an important focus on the aspect that focuses on the quality of life of everyone and on education, experienced in the most different contexts of society. Finally, the study brings a new understanding of poverty and education.

KEYWORDS: Rights. Education. Bolsa Família Program. Poverty.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos estudos dos módulos do Curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, voltamos o olhar à transformação social adquirida por meio da educação em direitos humanos, focada na diversidade e no compromisso com o coletivo.

Sabemos que é na escola que muitas crianças aprendem o que é um espaço social, onde todos convivem em prol de um único objetivo: aprender e, visando a essa transformação, utilizamos a educação para desconstruir uma das formas mais antigas de violações humanas: a pobreza.

A educação em direitos humanos transmite valores e princípios em favor da construção de uma sociedade democrática e humana. Na referida educação, as propostas pedagógicas deverão ser ponderadas a uma educação para a diversidade e transformação social. Porém, a fome, a pobreza e as mais variáveis violências, ainda, perduram como forma de imposição e rebaixamento do indivíduo como ser humano.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) traz, em seu contexto, a esperança de dias melhores, sendo a igualdade de direitos um sonho da maioria. A oportunidade da conquista desses direitos é o conhecimento e a autonomia de voz. Conhecer nossos direitos acerca das leis vigentes requer estudo e informação, no entanto, exigi-los requer coragem.

A DUDH demonstra um desejo que, mundialmente, a maioria das pessoas almeja sem sucesso, pois o preconceito ainda é um dos maiores tormentos da população e este avassala a humanidade que se vê sem seus direitos mínimos, como a igualdade sem distinção entre todos e a visão do outro com humildade e não com superioridade e soberba.

No cotidiano, há quem se ache superior e, devido a isso, preconceitos são desenvolvidos a partir das classes sociais, cor, raça, deficiência, pobreza etc. Essa inferiorização causa indignação e mais pobreza, haja vista que não gera oportunidades de melhorias à população. A civilização necessita de Educação como forma de transformação e valorização do menos favorecido, como ser existente da sociedade.

Segundo Leite (2014), referente ao módulo- **Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza, temos** um olhar de que a educação transforma

o sujeito, melhora a distribuição de renda do país e gera melhores condições de vida, pelo menos, o mínimo para garantir a todos uma sociedade mais humanizada.

A busca por uma educação em que todos falam a mesma língua ainda é um sonho. Os anseios de uma sociedade e a necessidade de construção e reconstrução dela transformam-se em um meio de luta, por dias melhores e a busca pela igualdade de direitos e deveres entre os sujeitos, com um olhar diferenciado e, não apenas, para a representação da pobreza e da miséria.

Quando falamos em pobreza nos vem à mente a representação de favelas e precariedade humana, que transmitem a sensação de abandono e falta de conhecimento necessário ao desenvolvimento do indivíduo, porém pobreza não quer dizer somente isto, ela requer da sociedade transformações que exigem compreensão, através das manifestações sociais e que fundamentem sua origem como mecanismo ativo do sujeito.

No entanto, ao falarmos de pobreza, direcionamos, de imediato, à educação, entretanto, questionamos se ambas andam juntas, uma seguida à outra, ou lado a lado. São vários conceitos que recai a uma sociedade machista, preconceituosa e antidemocrática. Para entendermos tudo isso, precisamos aprofundar um pouco no que realmente significa as situações vivenciadas por milhares de pessoas pobres, estas, com suas possibilidades, desenvolvimento, aprendizagem, violência das mais diversas, autonomia e cidadania.

Esse estudo nos remete a mais um questionamento: o que é ser cidadão nos dias atuais? Essa definição está atrelada às políticas com intervenções, de acordo com a realidade de cada ambiente? Os sujeitos envolvidos terão que se desenvolver de acordo com normas, leis e intervenções que darão sentido às manifestações críticas, políticas e sociais em uma sociedade arraigada no menosprezo?

De acordo com os autores dos módulos, a pobreza vai além da renda econômica e de muitos aspectos que evidenciam seu enraizamento. A condição intitulada ao indivíduo vai de encontro às políticas assistencialistas, promovidas pelo governo à população, haja vista que não há uma certeza de que o indivíduo, mesmo com baixa renda, seja capaz de conseguir manter o mínimo necessário a sua sobrevivência.

Assim, por meio de políticas humanizadas, é possível melhorar e mudar o comportamento da população em situação de pobreza e, conseqüentemente, esse indivíduo terá meios próprios para conquistar bens morais e materiais.

Já a reprodução da pobreza caracteriza-se desmoralizante pela própria sociedade e causa desigualdades sociais. Essa pobreza é considerada reprodutora das desigualdades existentes e causadoras da desumanidade no país. “Humanizar os pobres”, essa frase soa forte, é como se pobre fosse “bicho”, no entanto, a pobreza é, apenas, o reflexo de uma sociedade cruel e desumana, que usa dela, para manter a miséria e as desigualdades entre as classes sociais existentes.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi criada, em 1948, por uma Assembleia Geral das Nações Unidas com o objetivo de unir todos os países membros e acabar com as desigualdades sociais existentes. Em seu contexto, a descrição é clara de que a mesma deve ser exposta a toda população.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNIC/Rio/005) enfatiza que:

A Assembleia Geral solicitou a todos os Países - Membros que publicassem o texto da Declaração” para que ele fosse divulgado, mostrado, lido e explicado, principalmente nas escolas e em outras instituições educacionais, sem distinção nenhuma baseada na situação política ou econômica dos Países ou Estados.

Apesar de sua criação e trajetória ao longo do tempo, podemos dizer que ainda há milhões de pessoas que não a conhecem e não sabem da sua existência

O Documento, cujo nome se diz “Declaração”, afirma que o mesmo deve ser exposto a todos, para que possam conhecê-lo e, assim, lutar por seus direitos.

A Educação em direitos humanos parte da DUDH, como base para a transformação social do sujeito e é necessária para fortalecer o conhecimento acerca das leis que garantem os direitos dos cidadãos, visando a coletividade com o objetivo de humanizar universalmente a sociedade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNIC/Rio/005), Artigo 7º, considera que: “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei. Todos têm direito a proteção igual contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Com base na DUDH, uma das maiores violações dos direitos humanos é a pobreza, comum a maior parte da população mundial e a mais visível na sociedade e quanto mais pobre é o sujeito, mais há violações de seus direitos e desconhecimento dos mesmos, por isso, não bastam conhecer seus direitos e ter conhecimento de quais são por natureza e os criados, é necessário conhecê-los e colocá-los em prática.

Nesse sentido, compreendemos que a Educação tem o poder de formar cidadãos críticos para o enfrentamento de uma realidade individualista e coletiva, repleta de desigualdades que transforma uma sociedade.

Ao longo dos anos, houve uma evolução da Educação em direitos humanos, ou seja, a busca por igualdades sociais nos leva a uma dimensão pedagógica voltada à formação do caráter do sujeito. No entanto, a maturidade não compreendida e alcançada pela maioria dos cidadãos os deixa submissos às leis e direitos mal empregados e redirecionados em favor de muitos que têm, por consequência, a soberania como forma de governo.

Observamos a realidade do nosso país que demonstra algumas inclusões no currículo, com eixos estruturados em direitos humanos com ações voltadas a transformações de mentalidades, tendo como objetivo o combate ao preconceito, a discriminação e a

violência, visando à tolerância e o respeito à diversidade.

De acordo com os estudos realizados, as mudanças devem partir da construção pedagógica como um todo, com objetivos solidificados e estruturados de acordo com a necessidade de cada ambiente. A diversidade compromete o desenvolvimento da sociedade, se não for trabalhada de forma coerente. Por este motivo, a compreensão, socialização e comprometimento de um estudo coletivo irão trabalhar todas as classes e raças com a mesma qualidade. Assim, a diversidade será compreendida como direito e não como defeito.

Nesse sentido, o círculo da pobreza incorre na educação, como princípio de mudança. Sair da pobreza requer instrução para mudar a condição do indivíduo, condição esta, social, material e política. Desse modo, os menos favorecidos sonham em ter uma voz ativa perante a sociedade.

Podemos afirmar que pobreza gera pobreza, que, conseqüentemente, gera exclusão, marginalidade e materialidade. Portanto, ser cidadão é ter voz e vez ativa e ser reconhecido na sociedade. Sabemos que na escrita e na fala, somos uma sociedade democrática, no entanto excluímos, negando o direito igualitário das pessoas, para impor nossas desigualdades.

De acordo com Mendonça (2014), a pobreza é um fato que é gerado por conseqüências de políticas mal aplicadas e desenvolvidas. Entretanto, o indivíduo é detentor de meios para se sobressair de qualquer situação, Devido a isso, são necessárias condições para que isto aconteça, juntamente com a participação do governo, investindo em políticas voltadas à uma educação de qualidade que, certamente, resultará em outra realidade, no que diz respeito à da pobreza.

Portanto, a construção social para jovens e adolescentes está atrelada ao meio em que estão inseridos, pela convivência e cultura repassadas, através de anos, de geração em geração, com efeitos de acomodação, conformismo e com situações geradas pelas desigualdades entre os sujeitos.

Essa cultura escolar, que tem sua origem em um determinado momento histórico, acaba por se naturalizar, transformando-se em um modelo a-histórico, configurando-se um mundo à parte, como espaço asséptico, imune a conflitos e debates. (LEITE, 2014, p. 16).

Essa cultura, mencionada anteriormente, é repassada às gerações, por meio da educação, de modo que o educar é seguir a continuidade do que está sendo vivenciado e não educar para reivindicar seus direitos e ter liberdade de escolha entre as mais diversas transformações sociais.

Cada território tem sua diversidade e a centralidade entre os sujeitos de sua cultura e valores, dos quais são massificados diante da sociedade e são aqueles que irão representá-la amanhã, diante de um contexto social cada vez mais arraigado nas desconstruções sociais.

Como forma de transformação, educar em direitos humanos é primordial para que todos possam conhecer a existência desses direitos. A educação nessa área é uma forma de educar para a vida, para ser um indivíduo melhor. Inserir no currículo atividades com o objetivo de esclarecer e oferecer o conhecimento, possibilitando ao aluno reter e utilizar, no decorrer de sua vida. Além disso, orientar e criar uma cultura universal, para que haja um pouco mais de fraternidade e paz para a humanidade

POBREZA E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Para Rego e Pinzani (2014), o reconhecimento da pobreza e as desigualdades sociais é o início para o desenvolvimento de políticas públicas que venham a causar efeito na sociedade. A partir do momento em que a pobreza é reconhecida como concreta e que está impregnada em todos os segmentos da sociedade, envolvem-se movimentos capazes de contribuir para erradicar a pobreza.

Consideramos que possibilitar condições ao outro, é interligar o desenvolvimento democrático do cidadão e sentir a dor do outro. A partir dessa condição, veremos as injustiças e começaremos uma mudança no olhar diante das mazelas causadas pelo sistema democrático, social e político, podendo contribuir para a melhoria da visão de mundo de muitos.

No entanto, a pobreza existe, persiste e cresce a passos largos, ela não se resume apenas em pobreza material, mas, também, em pobreza moral. Ser pobre não é uma simples questão de escolha, mas imposições criadas pelo sistema capitalista em que vivemos. A pobreza como questão moral impõe à sociedade a desqualificação do sujeito como ser humano e trabalhador, o mesmo é visto como miserável, sem cultura e malandro.

A formação da família no contexto da pobreza está atrelada a humilhações, violências físicas e psicológicas, o que torna a Educação como forma de conquistar a cidadania e a autonomia própria (REGO, PINZANI, 2014). Como exemplo, temos o vídeo de abertura do Módulo I Pobreza e cidadania, **“As Severinas”** que retrata bem esta realidade. Outrossim, a pobreza gera desinformação, que gera abandono, que gera manipulação e envolve o sujeito em um comportamento de inferioridade e preconceito próprio.

Essas desigualdades sociais minorizam os sujeitos a ponto de se sentirem humilhados por não terem recursos suficientes adquiridos com seu próprio esforço para manter a família, com isso são submetidos a humilhações morais e sociais, colocando-os na linha de pobreza extrema, sem que pudessem escolher opções que lhes garantissem sua autonomia.

Consequentemente, a partir do momento em que faltam condições mínimas e dignas de sobrevivência para o indivíduo, aumenta-se a pobreza material e moral. Julga-se que o importante é trabalhar para sobreviver. Dessa forma, muitos deixam o estudo e não se qualificam para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo, vulgarizam a moralidade social e

cultural e passa a existir somente o trabalho informal.

Segundo os autores Rego e Pinzani (2014), ao analisar a pobreza como uma questão social e moral, avançamos no quesito de reconhecimento das falhas existentes no glossário do poder. O desenvolvimento de políticas públicas para amenizar a pobreza é fundamental, mas é preciso estudos, análise e investimentos para que sejam desenvolvidas de forma adequada a cada peculiaridade da região.

As perspectivas de melhoria vêm de acordo com as mudanças na e para a sociedade, mesmo que estas mascaradas através da educação e programas desenvolvidos pela União e Estados, porém, a falta destes tornaria a vida mais difícil e oprimida, pois é através de programas como a Bolsa Família e outros voltados para a educação é que o sujeito volta a ter esperança de um amanhã mais digno.

Ao pensar nas condições sociais imputadas às classes de extrema pobreza, seria possível fazer uma reflexão da injustiça que o meio, como produto final, causa diferentes maneiras e peculiaridades de exploração e vivência do sujeito. A construção social, política e moral estão ligadas à educação, que por sua vez busca desenvolver a autonomia, tanto social como econômica que proporciona a garantia dos direitos e a sua execução de acordo com as necessidades existentes na construção de um ser educado para a vida e os benefícios que este traria em favor a sua classe social.

Vimos que a autonomia está na humanização e na dignidade de moradia, social, moral e política e que, ao se transformar em desenvolvimento, terá efeitos igualitários e formuladores de conhecimento e aprendizagem, os quais irão contribuir para a erradicação da pobreza.

Por outro lado, a falta da autonomia no meio social resulta na falta de capacitação, de um emprego melhor e da independência, em que o indivíduo não consegue sair do ciclo impregnado pela pobreza. Para a mulher, recai a obrigação das tarefas domésticas e a criação dos filhos, enquanto que para o homem, serviços autônomos para conseguir uma renda e ter condições de, no mínimo, alimentar a família.

No entanto, nos perguntamos o que é renda básica? Para muitos, seria um gasto a mais, porém para a maioria, seria colocar comida na mesa e não mais passar fome. O sujeito autônomo passa a olhar a sociedade e se enxergar como parte dela, fazer planos e possuir domínios sobre a vida pessoal e familiar. As dependências não são causadas só pelas questões financeiras, mas também, por laços familiares e culturais que tornam obrigações para uma vivência, principalmente, no entrelaço do casamento, tornando o ciclo vicioso ainda maior.

Ao ouvir relatos de cidadãos, vimos que as famílias almejam uma vida digna às futuras gerações e mais oportunidades de emprego e educação, pois o trabalho dignifica o sujeito perante a sociedade, assim como sua afirmação de homem na sociedade. Essas famílias não detêm de condições mínimas, para se opor junto à sociedade acerca de sua situação de vulnerabilidade social.

Segundo Rego e Pinzani (2014) entende-se que os benefícios do Programa Bolsa Família tornaram-se esperança para muitos, pois é a oportunidade que esperavam para serem reconhecidos como cidadãos. A renda monetária, apenas, não muda a vida social do sujeito, mas um conjunto de ações que levam a despertar a consciência capaz de modificar uma sociedade, porém os programas de benefícios financeiros diretos são causadores de dependência, deixando a sociedade estática.

Sabemos que o beneficiário -Bolsa Família- não é pobre por vontade própria, porém pela falta de oportunidades, fica estagnado a mercê do benefício que lhe é pago todos os meses. Pagar o benefício sem rever as evoluções e situações de cada família, é não oportunizar o beneficiário de se desenvolver na sociedade.

Entendemos que há contradições inerentes à acumulação de riquezas, o que afeta ainda mais a pobreza, enquanto busca autonomia para uma educação diferenciada e gasta seus recursos com coisas mais valorosas. Isso ocorre devido a atitudes e comportamentos herdados da sociedade e da família. Essa mesma sociedade enquanto utiliza de vários argumentos para desenvolver o indivíduo nas classes sociais, média e alta, condena e desqualifica as classes sociais mais pobres e as culpam pelas discrepâncias acontecidas na sociedade como um todo.

Na verdade, o mérito é dado de acordo com a posição social do indivíduo, apenas o retorno por meio de algo que lhe é oferecido. Não lhe são oferecidas oportunidades que permitam a eficácia de serviços e bem-estar, em que o indivíduo seja favorecido com programas, moradia digna e respeito.

Dessa forma, a liberdade e a autonomia estão ligadas à democracia e designam o destino do sujeito. Assim, ser livre diante da pobreza é ter autonomia financeira e voz ativa dentro de uma sociedade machista e entender que há muitos caminhos que podem ser percorridos, porém necessita de coragem para transformar a mentalidade não de muitos, mas de si mesmo e conseguir ser autor de própria história.

Esta incapacidade de voz está restrita, em sua maioria, aos pobres e as mulheres, o machismo é a voz da vez. Ser pobre e incapaz é uma das várias definições da escravidão de direitos e da violência das periferias, por meio de preconceitos e a falta de assistência. As condições oferecidas pelas instituições assistencialistas, na maioria das vezes, são fundamentais para que o sujeito venha a ter voz ativa diante da sociedade.

A negação dessas condições mencionadas, seja ela informação ou assistencial, leva o indivíduo a se sobressair ou a se aprofundar em um menosprezo e pobreza. A falta de informação e de seus devidos direitos causam indignação e violência, por consequência do contexto em que o sujeito está inserido. Este menosprezo parte das próprias instituições políticas; funcionários que deveriam ajudar e a melhorar no combate ao índice de pobreza, estes são os primeiros a desqualificarem o cidadão.

Entendemos que a vulnerabilidade é maior e mais característica de pobreza extrema, por não dispor dos serviços básicos, necessários para uma vida digna. Geralmente, a

falta desse apoio por parte dos governantes leva a população mais vulnerável a cometer violências contra a sociedade.

Esses fenômenos negativos fazem parte do cotidiano do sujeito, cuja classe social é insignificante aos olhos da sociedade. A qualidade de vida dessas pessoas é o contexto de uma sociedade impregnada pela pobreza e todos os tipos de violência existentes. As crianças e as mulheres são as mais vulneráveis, tanto no aspecto social quanto no aspecto moral, além das condições de vida que são desestimulantes e desfavoráveis à aprendizagem e ao desenvolvimento humano.

Desse modo, adolescentes e jovens passam por uma aprendizagem inferior em relação a outras classes sociais, o que dificulta a garantia de entrada e permanência em uma universidade, assim como as questões financeiras. A Educação envolve, ensina e dá condições ao indivíduo para se desenvolver em sociedade com autonomia e cidadania, no entanto, este ensino é mascarado aos interesses do Estado ou daqueles com maior poder aquisitivo e isso enfraquece a população, diante dos seus anseios democráticos e políticos, tornando-se parte da cultura, na qual não toma decisões acerca de cada individualidade, na formação de cidadãos capazes de promover mudanças na sociedade.

Desta forma, as condições não permitem fazer ou planejar sua própria vivência o que implica na falta de liberdade e, conseqüentemente, compromete a independência econômica. A dependência econômica causa o domínio sobre o sujeito e o maior responsável por isso é o Estado, que deixa de intervir quando necessário e não favorece aos cidadãos possibilidades de desenvolvimento humano, social e moral, transformando a característica da pobreza através de um processo de libertação econômica e educacional.

A democracia no papel é para todos, no entanto, a falta dela anda lado a lado com a pobreza. Muitos não sabem, sequer, o significado dessa palavra tão bonita de ser pronunciada. Ser democrático é ter voz e lutar, é ser ouvido, é a voz da maioria, ou deveria ser, porém essa democracia esbarra na manipulação e soberania dos poderosos. Portanto, ainda temos muito a fazer e a declarar em favor de uma população desfavorecida.

A democracia infere um mundo novo, onde todos possam viver da forma como escolheram, independentemente de suas diferenças, no entanto, o preconceito ainda é a principal razão de acontecimentos racistas. A humanidade cria suas próprias leis para melhorar o convívio entre os indivíduos e gera subsídios para a sociedade lutar contra a violação de direitos básicos para sua sobrevivência, porém o individualismo e a ambição põem em risco sua existência.

MORALIDADE

Baseando-se na realidade atual, ou seja, pleno Século XXI, impera a mentalidade de um mundo subdesenvolvido, em que o poder econômico resulta em privilégios e o pobre não tem oportunidade de desenvolver-se e se qualificar para o mercado de

trabalho. Diante disto, temos o “outro” como conceito de moralidade, sem se importar com o respeito, dignidade e fraternidade. O desrespeito moral aflora e transforma as políticas de erradicação da pobreza em políticas de contenção da marginalidade, esta causada por erros e má aplicação dos bens públicos à sociedade.

Considerando os estudos de Rego e Pinzani (2014), a pobreza tem sentido amplo e influencia de forma negativa a interação com o meio em que o sujeito representa. Ela é causada por todos, isto é, gerada pelas classes sociais elevadas e pela falta de políticas públicas para menos favorecidos que buscam a sobrevivência. As visões moralistas sobre a pobreza estão impregnadas em todos os segmentos da sociedade. Nesses segmentos, a pobreza é vista com preconceitos, os quais fundamentam as desigualdades existentes e sistematizam elementos essenciais à prática evolutiva para o indivíduo exercer sua autonomia dentro de uma sociedade.

No entanto, o meio mais comum de encontrar a pobreza é na falta de capacidade crítica e de direito da sociedade como um todo, ou seja, não ter oportunidades, devido às políticas públicas estarem voltadas para as classes mais elevadas.

Dessa forma, sair da pobreza requer força de vontade, persistência e contribuição da sociedade e governo, por meio de programas econômicos e sociais, para promover oportunidades, desenvolvimento e crescimento das linhas de créditos. Contudo, como ensinar uma sociedade a lutar e a buscar pelos seus direitos e bases de desenvolvimento, se o que lhe é oferecido não condiz com a sua realidade?

Dessa forma, entende-se que as políticas públicas devem ser desenvolvidas e direcionadas não só às classes menos desfavorecidas, mas, também, às classes sociais mais elevadas, para que as mesmas possam reconhecer a pobreza como caminho do crescimento humano e, assim, realizar ações educacionais para a erradicação da pobreza na efetivação de mudanças estruturais e moralizantes.

CONCLUSÃO

Diante do cenário que vivenciamos nos estudos dos módulos da Pós Graduação Educação, Pobreza e Desigualdade Social, conclui-se que, no contexto da pobreza, cabe a nós a busca do conhecimento para introduzir mudanças na sociedade, por meio de políticas públicas, e garantir a fiscalização e execução das mesmas, de modo a promover cidadania aos menos favorecidos e desqualificados moral e materialmente, a partir do desenvolvimento da educação como meio transformador.

Não existe compreensão da pobreza sem entender suas mais diferentes causas e razões necessárias para superá-la. A desigualdade de renda está alocada a vários fatores, caracterizando-a como extrema, em que são promovidos vários fenômenos negativos, como: violências, abandono às escolas, falta de informação e conhecimento, falta de democracia, cidadania e autonomia, entre outros.

Para melhorar os índices de combate à pobreza, é necessário investimentos de acordo com a realidade social do indivíduo. As políticas educacionais, sociais e econômicas devem subsidiar a linha de pobreza extrema e permitir condições dignas para o desenvolvimento e crescimento, através de possibilidades e ações concretas e eficientes que se agreguem às condições do indivíduo, como exemplos: conseguir empréstimos, ter uma educação de qualidade, fazer parte da sociedade sem ser discriminado ou responsabilizado pelas coisas ruins que acontecem no país. Sabemos que as nossas leis e valores econômicos, sociais e morais, são feitos por nossos representantes e a sociedade por meio das culturas e dos valores familiares.

Portanto, o processo formativo do ser humano está além dos conceitos idealizados pela sociedade e governantes, acontece em decorrência do pensamento crítico e reflexivo sobre a realidade.

Ao reconhecer que a pobreza existe, há uma transformação crítica e as relações sociais e econômicas são fortalecidas. Com isso, o homem passa a produzir e elevar seu valor social e a população espera pelo reconhecimento de seus direitos diante da sociedade, a qual realiza a promulgação e a declaração de um contexto ao alcance de todos por meio da Educação.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Módulo Introdutório – Pobreza, Desigualdades e Educação, Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação; Governo Federal, 2014.

Declaração Universal dos Direitos Humanos – UNIC/Rio/005, Janeiro de 2009. (DPI/876).

MENDONÇA, Erastos Fortes - Módulo II – Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação, Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação; Governo Federal, 2014.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez - Módulo III– Escola: Espaços e Tempos de Reprodução e Resistências da Pobreza - Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação; Governo Federal, 2014.

REGO, Walquiria Leão.; PINZANI, Alessandro. Módulo I – Pobreza e Cidadania - Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Ministério da Educação; Governo Federal, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico 166, 168

A

Aluno 18, 21, 22, 24, 32, 39, 54, 59, 60, 61, 64, 66, 68, 69, 79, 85, 101, 102, 113, 115, 121, 147, 152, 157, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 175, 176, 191, 194, 195, 196, 197, 198, 255, 268, 269, 297

Ambiente virtual de aprendizagem 54, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 179

Análise do discurso 290, 291, 292, 293, 297, 299, 303, 304

Aprendizagem histórica 166, 167, 168, 169, 176, 177

Aprendizaje basado en retos 272, 273, 278, 281

Avaliação 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 109, 174, 176, 177, 178, 187, 221, 236, 239, 240, 245, 263, 264, 273

B

Base Nacional Comum Curricular 12, 24, 25, 222, 223, 282, 284, 289

BNCC 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 24, 25, 215, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289

Brinquedoteca 73, 75, 81, 83, 86, 87

Bullying 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 300, 301, 302, 304

C

Checklist 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246

Consciência de classes 202, 208, 209

Coordenador pedagógico 145, 146, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156

Creencias 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144

Currículo 17, 18, 27, 30, 32, 79, 81, 85, 147, 168, 178, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 215, 218, 219, 229, 230, 254, 263, 283, 285, 286, 288

D

Democracia 4, 8, 9, 10, 14, 17, 34, 35, 36, 87, 90, 101, 110

Desenvolvimento 2, 3, 5, 7, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 48, 59, 60, 62, 65, 70, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 88, 98, 103, 117, 122, 149, 154, 158, 160, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 194, 202, 204, 205, 206, 208, 209, 213, 215, 219, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 246, 262, 283, 284, 285, 286, 287, 320

Desenvolvimento de linguagem 236, 239, 243

Dimensão pedagógica 30, 57, 65

Direitos 12, 18, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 76, 77, 78, 85, 103, 104, 117, 191, 192, 193, 194, 200, 203, 204, 205, 228, 261, 283, 284, 285, 286, 287, 289

Ditadura Militar 1, 9, 14, 25, 103

Docência na educação a distância 106, 107, 108, 110, 112, 118, 119, 122

E

Educação 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 55, 56, 57, 58, 61, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 245, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 269, 271, 273, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 294, 296, 320

Educação à distância 122

Educação básica 25, 26, 77, 110, 121, 145, 146, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 209, 222, 248, 258, 260, 262, 263, 271, 282, 283, 284, 285, 286, 320

Educação brasileira 1, 5, 11, 155, 181, 184, 261

Educação digital 57, 58

Educação do campo 191, 192, 193, 194, 197, 198, 199, 200, 201, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 269, 271

Educação especial 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100

Educação financeira 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 223

Educação infantil 25, 77, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 165, 219, 222, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289

Educação integral 26, 224, 225, 229, 233, 287

Educación basada en competencias 272, 273, 281

Educadores 7, 10, 101, 120, 158, 209, 214, 222, 227, 230, 231, 233, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 262

Ensino 1, 4, 5, 6, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 35, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 69, 70, 71, 72, 77, 87, 91, 93, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 207, 210, 212, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 222, 229, 230,

231, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 283, 285, 286, 288, 289, 290, 293, 296, 298, 303, 320

Ensino e aprendizagem 70, 71, 115, 147, 157, 158, 161, 162, 168, 170, 229, 230, 268

Ensino Militar 38, 40, 42, 43, 47, 55

Ensino Religioso 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 24, 25, 26

Ensino remoto 145, 146, 147, 148, 150, 151, 153, 154, 155, 216, 220

Epistemologia 88, 89, 99

Escola 1, 2, 4, 17, 18, 23, 25, 28, 37, 77, 78, 79, 80, 85, 86, 87, 91, 93, 99, 101, 102, 103, 104, 120, 121, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 163, 164, 165, 170, 187, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 206, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 225, 229, 230, 247, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270, 271, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 298, 300, 301, 303

Escolaridade 123, 125, 128, 129, 130, 134, 137, 138, 140, 141

Escolas do campo 191, 194, 195, 196, 198, 199, 260, 261, 263, 265, 267, 269, 271

Expansão 3, 6, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 259

F

Fábricas ocupadas 202, 203, 207

Formação leitora 157, 158, 159, 161, 162, 164

H

Humanização 33, 73, 74, 76, 77, 86, 87, 163, 294

I

Identidade 13, 18, 108, 116, 120, 122, 149, 155, 156, 166, 172, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 201, 252, 294, 295, 303

Innovación educativa 272

Inovação metodológica e tecnológica 166

Instrumentos de avaliação 38, 41, 56

Intenciones 123, 139

L

Laicidade 12, 13, 14, 24, 25

Literatura 38, 41, 42, 44, 45, 46, 55, 57, 60, 85, 102, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 165, 236, 238, 239, 243, 248, 288, 290, 294, 298, 300, 302, 303, 309, 310

Livros didáticos 15, 20, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 270, 271

M

Materialismo histórico-dialético 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 97, 98, 100

N

Negros 22, 209, 247, 248, 249, 254, 255, 256, 257, 258, 259

Neoliberalismo 1, 9, 10, 104

P

Pedagogia hospitalar 73, 74, 75, 77, 78, 87

Pesquisa 13, 15, 16, 18, 19, 24, 25, 40, 56, 72, 76, 82, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 108, 109, 121, 122, 145, 146, 150, 153, 156, 157, 164, 178, 183, 184, 185, 189, 191, 192, 201, 210, 212, 216, 217, 218, 219, 222, 224, 225, 258, 260, 261, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 282, 284, 290, 292, 293, 294, 297, 298, 300, 302, 320

PNLD Campo 260, 261, 263, 264, 270, 271

Pobreza 11, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 182, 249

Pós-abolição 247, 250, 253, 254, 255, 258

Precarização do trabalho docente 106, 108, 115, 116, 120, 122

Professor 7, 17, 25, 39, 62, 65, 66, 79, 85, 101, 102, 111, 112, 113, 114, 119, 120, 121, 150, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 192, 210, 218, 231, 250, 252, 253, 260, 266, 267, 268, 269, 270, 320

Professores e produção de materiais 260

Programa Bolsa Família 27, 32, 34

R

Roteiros pedagógicos 57, 59, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 70

S

Sathya Sai Baba 224, 225, 234, 235

Silêncio 290, 291, 292, 293, 297, 298, 300, 301, 302, 303

Sociologia das religiões 12

Sujeito-adolescente 290, 291, 292, 293, 294, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303

Superior 1, 2, 4, 5, 6, 28, 40, 55, 58, 63, 70, 71, 91, 92, 93, 94, 99, 100, 104, 107, 109, 118, 120, 121, 129, 130, 134, 138, 140, 141, 148, 155, 156, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 265, 305, 306, 308, 310, 311, 316, 317, 318, 319, 320

T

TAP y TAR 123

Tutoria 59, 106, 110, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122

V

Valores humanos 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 233, 234

Versos e rimas 157, 158, 163

Violência 9, 29, 31, 34, 35, 227, 228, 229, 290, 291, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 301, 302, 303

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora

Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

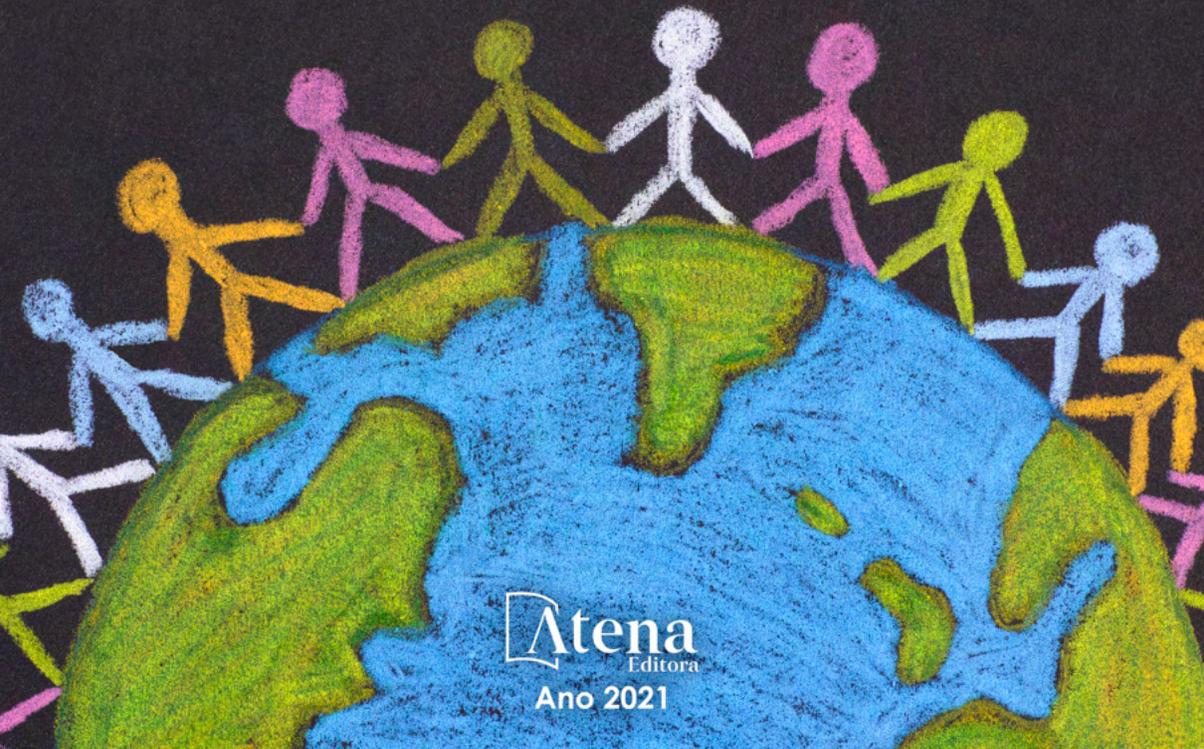
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Educação

enquanto fenômeno social:

Democracia e emancipação humana



Atena
Editora
Ano 2021